

Vaidade é inimiga da governança colaborativa

Ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros fez palestra sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Santos



Da redação
14.07.20 8h39



Grandes projetos precisam de continuidade, independentemente de quem for o prefeito (Alexsander Ferraz/AT)

A vaidade é a pior inimiga de uma governança colaborativa. Para que os projetos importantes para uma cidade não sejam interrompidos, é fundamental a igual participação de todos os interessados, que são os gestores públicos e a sociedade, por meio de suas lideranças. Quando apenas um quer se impor, ocupar o espaço e deixar a sua marca, todos perdem.

Esse foi um dos ensinamentos do ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros, na noite desta segunda-feira (13), durante palestra transmitida ao vivo pela internet no webinar Construindo o Futuro de Santos, hoje. O evento, promovido pela Associação Comercial de Santos (ACS) e a Associação dos Empresários da Construção Civil da Baixada Santista (Assecob), serviu para explicar aos empresários como será o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Santos (Condesan).

A ACS contratou a assessoria de Barros para criar o Condesan, tendo como base o exemplo de sucesso implantado na cidade que ele governou no Paraná. O conselho terá a participação de vários setores organizados da sociedade civil com o objetivo de propor e executar políticas de desenvolvimento econômico, social e planejamento urbano para os próximos 20 anos em Santos. A participação é voluntária e apartidária.

A ideia principal é criar um plano em conjunto com a prefeitura que não seja interrompido na troca de prefeitos. A prioridade é deixar a ideologia de lado e seguimento aos projetos iniciados.

“É evidente que muitos prefeitos colocam sua marca nos projetos. E muitas vezes é isso que faz outro grupo político adversário não dar continuidade. É importante que os gestores compreendam e possam se abster de colocar marca em projetos relevantes. Isso é difícil, sou político e sei. Mas é a forma de protegê-los”, diz Barros.

O consultor ressaltou que o órgão é apartidário, mas não apolítico, porque política é a ferramenta mais importante e transformação da sociedade. Segundo ele, o conselho pode ser instituído por lei municipal, que até obrigue que os projetos discutidos sejam apreciados pelos poderes Executivo e Legislativo. Mas não é o ideal.

“Esse processo deveria ser conquistado, não imposto. Agora vamos ter eleição, todos os candidatos devem fazer propostas para o social. No entanto, o social é despesa. O dinheiro vem do desenvolvimento econômico”, explica, detalhando que os candidatos deveriam se comprometer com os projetos propostos pela sociedade.

O ex-prefeito de Maringá explica que cada cidade precisa ter o seu conselho, para depois as propostas se cruzarem, mesmo em regiões metropolitanas como a Baixada Santista. “Não é fácil porque demanda dinheiro, corpo técnico. Não é trabalho voluntário, alguém precisa pagar a conta. Onde foi tentado começar pela região, não teve o resultado esperado. Santos e Guarujá estão fazendo. Praia Grande quer fazer. É juntar depois esses projetos”.



Receba no seu e-mail as principais notícias do dia.

e-mail

OK